



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004965-50.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **ALBERTO FLEITAS IMBERT**
 Requerido: **TIM CELULAR**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter firmado contrato com a ré para a prestação de serviços de telefonia na modalidade pré-paga.

Alegou ainda que a ré promoveu débitos em sua conta bancária sob o argumento de que ajustaram o plano Liberty Express, mas negou que o tivesse feito.

Já a ré em contestação salientou que inocorreu falha na prestação dos serviços a seu cargo, sendo exigíveis os valores cobrados do autor diante da utilização por ele dos serviços aludidos.

O autor como visto expressamente refutou ter efetuado a contratação do plano indicado a fl. 01 e em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que a celebração desse negócio sucedeu validamente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, não forneceu um único detalhe sobre essa possível transação e nem mesmo explicitou se ela teria promanado de contato físico com o autor ou mediante conversação telefônica.

Deixou inclusive de amealhar o contrato pertinente e tampouco as tradicionais "telas" que amiúde são apresentadas vieram à colação.

Limitou-se, enfim, a arguir a regularidade dos débitos sem coligar um só indício que ao menos conferisse verossimilhança à explicação.

De outra banda, igualmente incorreu o esclarecimento detido sobre os serviços disponibilizados ao autor ou por ele utilizados em decorrência do plano em apreço.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência da ré na espécie, de sorte que o acolhimento da pretensão deduzida transparece de rigor.

Ela não logrou demonstrar possuir amparo para promover os débitos na conta do autor e por via de consequência haverá de restituí-lo do montante a que teve acesso a esse título.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a (1) abster-se de efetuar novos débitos na conta do autor sob a justificativa de cobrança do plano Liberty Express, bem como para condená-la a (2) pagar ao mesmo a quantia de R\$ 179,70 (à qual poderão ser somadas outras porventura cobradas após a propositura da ação), acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada soma que a integralizou, e de juros de mora, contados da citação.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação imposta no item 1 (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida (item 2) no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

P.R.I.

São Carlos, 14 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**